



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ  
SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

**JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO**

**EDITAL Nº 007/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 FMAS**

**(Processo Administrativo Nº 0016/2025-FMAS)**

**OBJETO:** “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DESTINADAS A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL AS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS QUE SE ENCONTRAM EM VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA E/OU SITUAÇÃO DE CALAMIDADE”

**RECORRENTE:** TOP MIX VAREJISTA LTDA

**CONTRARRAZOANTE:** DISTRIBUIDORA SOBRADINHO DE ITAOCARA LTDA

**I – DAS PRELIMINARES**

Trata-se de Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela empresa **TOP MIX VAREJISTA LTDA**, com fundamento no **Art. 165, I, da Lei nº 14.133, DE 1º de abril de 2021**.

O Pregoeiro em cumprimento ao disposto § 2º do **Art. 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, recebeu e analisou as razões de recurso da Recorrente de forma a proferir sua decisão sobre o recurso administrativo.

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos por parte da Recorrente, sendo interposto tempestividade na forma do **Art. 165, I, Lei nº 14.133, DE 1º de abril de 2021**.

**II – DAS FORMALIDADES LEGAIS**

Na sessão pública do Pregão Eletrônico em referência, realizada em 24/04/2025, a Recorrente intencionou interposição de recurso para demonstrar sua irresignação em face das decisões do Pregoeiro: *“GOSTARIA DE ME DEFENDER EM REFERÊNCIA A DESCLASSIFICAÇÃO. EM DUPLICIDADE DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO LICITANTE HABILITADO COMO VENCENDER. PARA APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL EM COMPROVAÇÃO DO ATESTADO TÉCNICO.”*

**III – DA ALEGAÇÃO DA RECORRENTE**

A recorrente apresenta recurso subdividido em três partes, conforme segue, de forma resumida:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

*A primeira parte dirige-se contra os motivos que ensejaram sua desclassificação, sob o argumento de que teria atendido às exigências de qualificação econômico-financeira, sustentando ainda que os débitos existentes da Prefeitura com a empresa poderiam ser considerados como forma de garantia de execução contratual;*

*Na segunda parte, a recorrente requer a desclassificação da proposta apresentada pela empresa Sobradinho, alegando que houve o envio sucessivo de versões da proposta, o que, em seu entender, violaria as regras do certame;*

*Por fim, na terceira parte, a recorrente solicita a realização de diligência quanto ao atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa Sobradinho.*

#### **IV – DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS**

Em suma:

*A empresa Sobradinho apresenta suas contrarrazões, inicialmente rebatendo as alegações relativas à suposta impossibilidade de envio de mais de uma proposta. Demonstra, inclusive, que a fundamentação legal invocada pela recorrente não guarda qualquer relação com o envio reiterado de propostas. Ademais, para comprovar a veracidade do atestado de capacidade técnica apresentado, a empresa junta as notas fiscais correspondentes às entregas que deram origem ao referido documento.*

#### **V – DA ANÁLISE DO RECURSO**

- **Da desclassificação da proposta**

Inicialmente, é necessário esclarecer que a alegação da recorrente de ter sido inabilitada por descumprimento de exigências relativas à qualificação econômico-financeira não procede. Não há qualquer menção nesse sentido na ata da sessão ou em qualquer outro documento. Ademais, o edital do Pregão Eletrônico nº 001/2025 – FMAS não estabelece exigências de qualificação econômico-financeira, razão pela qual esse ponto não merece maiores considerações.

Na realidade, a desclassificação da recorrente ocorreu **em razão da ausência de apresentação da garantia de proposta**, conforme recorte da ata de sessão:

---

**24/04/2025 08:30:44 DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE PREGOEIRO**  
**TOP MIX VAREJISTA LTDA desclassificado. Motivo: não apresentou garantia de proposta(7.5.5)**

---

A desclassificação da empresa tem previsão no item 5.2 e no item 7.5.5 do edital:

***5.2. No momento do cadastramento da proposta, o licitante deverá anexar, em campo próprio do sistema, o comprovante de prestação de garantia de proposta referente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.***

*[...]*

***7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:***

*(...)*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha:

Visto:

*7.5.5. não tenha apresentado garantia de proposta ou tenha apresentado em desconformidade com o edital;*

Ressalta-se que o edital é claro ao exigir que a garantia de proposta seja **anexada no momento da submissão da proposta, em campo próprio do sistema**. No entanto, ao descumprir essa exigência, a recorrente, com o objetivo de possibilitar o cadastro da proposta, anexou o balanço patrimonial da empresa, documento que não supre a exigência editalícia:

Documentos do participante			
Documento	Nome do arquivo	Upload em	
Atestado de Capacidade Técnica	CAPACIDADE TÉCNICA - TOP MIX.pdf	23/04/2025 18:19	
Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social)	3 ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CPF E IDENTIDADE - TOP MIX.pdf	23/04/2025 18:19	
Cadastro de CNPJ	CNPJ - TOP MIX.pdf	23/04/2025 18:19	
Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais	PGFN RFB - TOP MIX.pdf	23/04/2025 18:19	
Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual	CND ESTADUAL 20 05 2025 (1).pdf	23/04/2025 18:19	
Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	FGTS TOP MIX 04 05 2025.pdf	23/04/2025 18:19	
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	CERTIDAO TRABALHISTA 25 06 2025.pdf	23/04/2025 18:19	
Outros documentos	SINREM 2024 (2).pdf	23/04/2025 18:19	
Prova de Inscrição Estadual	ALVARA - DECRETO - IME EPP - TOP MIX.pdf	23/04/2025 18:19	
Declaração Unificada Anexo IV do Edital	DECLARAÇÃO MODELO APERIBÉ - TOP MIX.pdf	23/04/2025 18:19	
Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Estado	CND ESTADUAL 20 05 2025 (1).pdf	23/04/2025 18:19	
Declaração Equiparação para ME e EPP (ANEXO III)	DECLARAÇÃO IME EPP - TOP MIX.pdf	23/04/2025 18:19	
Comprovante Garantia de Proposta - Art. 58, LF 14.133/21 - Anexar Outro Documento que seja a Garantia da Proposta Configura Infração Administrativa - Documentação Falsa	Balanço e índice - top mix.pdf	23/04/2025 18:19	
<a href="#">Baixar tudo</a>			

Além disso, a inserção de documento diverso ao exigido merece tratamento específico em momento oportuno, uma vez que configura conduta que pode comprometer a lisura do certame e prejudicar os demais licitantes, passível de sanção, conforme já previsto no item 5.2.1 do edital.

*5.2.1. A tentativa de burlar o sistema por meio da anexação de documento diverso à garantia da proposta configura infração administrativa por parte do licitante, o que poderá ensejar a aplicação de sanção.*

A tentativa da recorrente de justificar sua conduta alegando que o Município possui pagamentos pendentes com a empresa e que tais valores poderiam servir como forma de garantia de proposta não possui qualquer fundamentação. Não há previsão legal que permita ao Município reter créditos da empresa como forma de caução, tampouco tal prática é autorizada pelo edital. Inclusive, a própria recorrente, em suas razões recursais, menciona o § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe:

*§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

*I - caução **em dinheiro** ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;*

*II - seguro-garantia;*

*III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.*

*IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.*

O inciso I prevê como forma de garantia, a caução em dinheiro, tendo ainda o edital estabelecido que a forma de como poderia ser realizado esta caução, seria em depósito em conta do município, conforme item 5.2.7:

*5.2.7. Na hipótese de **caução em dinheiro**, o valor correspondente **deverá ser depositado** na conta bancária do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme os seguintes dados: Banco do Brasil - Agência: 2164-4 Conta Corrente: 5412-7 – CNPJ nº 02.934.536/0001-00*

Assim, ainda que a recorrente, mesmo que equivocadamente, considerasse possível prestar garantia por meio da retenção de valores supostamente devidos pelo Município, **deveria** ter apresentado, no campo próprio do sistema, documento que demonstrasse tal entendimento, e não se utilizar de artifício que burlasse as exigências editalícias para viabilizar o envio da proposta.

- **Do pedido de desclassificação da proposta da empresa Distribuidora Sobradinho**

No que se refere a este ponto, embora a recorrente alegue que houve, no certame, o envio sucessivo de propostas pela empresa vencedora sem a devida justificativa, tal afirmação pode ser facilmente afastada mediante simples leitura da ata da sessão.

Tratando-se de licitação cujo critério de julgamento é o **menor preço global**, é natural que, durante o processo de **realinhamento dos valores unitários**, ocorram divergências em relação ao valor total inicialmente ofertado na fase de lances. Tal circunstância pode, inclusive, inviabilizar o fechamento do valor global exatamente nos termos do lance vencedor, como efetivamente se verificou no presente certame.

Diante disso, foi solicitado à empresa **Sobradinho** que ajustasse os valores unitários, de modo a compatibilizá-los com os valores do sistema e com a proposta final anexada, conforme trecho constante da ata da sessão pública:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

24/04/2025 10:53:09	MENSAGEM	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 245: Sr. licitante, deve ajustar o valor global ao valor da proposta enviada e posteriormente lançado os valores unitários.			
24/04/2025 10:58:38	MENSAGEM	DISTRIBUIDORA SOBRADINHO DE ITAOCARA LTDA (PARTICIPANTE	
por conta do arredondamento			
24/04/2025 11:10:41	LANCE	DISTRIBUIDORA SOBRADINHO DE ITAOCARA LTDA (PARTICIPANTE 245)	574.978,00
24/04/2025 11:33:02	MENSAGEM	PREGOEIRO	
O PREGOEIRO alterou o intervalo mínimo entre lances do lote para 0,0000			
24/04/2025 11:35:33	MENSAGEM	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 245: Sr. licitante, os valores unitários dispostos no sistema devem ser o mesmo da proposta readequada. o prazo foi prorrogado por 2:00 horas para novo envio da proposta readequada ou adequação no sistema.			
24/04/2025 11:41:42	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
Valores unitários definidos pelo condutor.			

Ao contrário do que alega a recorrente, não há qualquer vedação legal ao envio de uma ou mais versões de proposta com a finalidade de sanar vícios ou inconsistências, sobretudo quando tal correção não implica majoração de preços e visa preservar a proposta mais vantajosa para a Administração.

Aliás, é importante destacar que o saneamento de falhas pressupõe, muitas vezes, a reapresentação de documentos quantas vezes forem necessárias, até que se atenda plenamente às exigências do edital.

O próprio instrumento convocatório, em seu item 7.7, assim dispõe:

7.7. Erros no preenchimento da planilha **não constituem motivo para a desclassificação da proposta**. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que **não haja majoração** do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

Verifica-se, portanto, que a única limitação ao saneamento de falhas na proposta refere-se à vedação de aumento do valor global ofertado na fase de lances.

Dessa forma, a aceitação da nova proposta apresentada pela empresa Sobradinho está em conformidade com os princípios da vantajosidade e da economicidade, não havendo qualquer fundamento para cogitar sua desclassificação.

- **Do pedido de diligência do atestado apresenta pela empresa Sobradinho**

Inicialmente, ao revisar e reanalisar o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa Sobradinho, não foi constatado qualquer vício, descumprimento das exigências do edital ou falha que pudesse justificar a realização de diligência em relação ao referido documento.

As alegações da recorrente carecem de fundamentação mínima. Não há, nas razões recursais, qualquer apontamento objetivo ou indicativo de irregularidade que mereça verificação por parte da Administração. A pretensão da recorrente está lastreada unicamente na expectativa de que a Administração promova diligência sem indicar qualquer elemento concreto que justifique tal medida. Trata-se, portanto, de uma solicitação genérica, cujo único efeito prático seria a indevida protelação dos prazos do certame.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

É importante destacar que a recorrente não detém competência para determinar a realização de diligência por parte da Administração sem apresentar fundamentação específica ou indícios mínimos de irregularidade.

Ademais, ainda que não houvesse qualquer obrigação adicional de comprovação, a empresa Sobradinho, ao apresentar, no momento das contrarrazões, as notas fiscais correspondentes ao serviço declarado no atestado de capacidade técnica, reforça a veracidade das informações prestadas e corrobora a idoneidade do documento.

Dessa forma, o atestado apresentado mostra-se plenamente apto a comprovar a qualificação técnica exigida no edital, inexistindo qualquer óbice à habilitação da empresa.

- **Da inexecuibilidade da proposta da empresa Top Mix(recorrente)**

Embora não seja assunto pertinente ao momento de julgamento de recurso, visto que não foi debatido no certame, a apresentação das notas fiscais do contrato vigente, a qual a empresa Top Mix é detentora, causa certa estranheza ao analisar os valores em comparação ao valor total ofertado no Pregão atual.

A empresa Top Mix ofertou na fase de lances do Pregão Eletrônico 001/2025 FMAS, o valor global de **R\$ 548.990,00 (quinhentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa reais)** e utilizados os valores das Notas fiscais do contrato vigente apresentadas nas razões recursais, o valor global chega a **R\$ 677.008,00 (seiscentos e setenta e sete mil, e oito reais)**. O ponto que causa perplexidade é o fato de que, mesmo havendo pedido de reequilíbrio econômico-financeiro referente ao contrato vigente (proc. Adm. 317/2025) — o que pressupõe alegação de insuficiência dos valores originalmente pactuados — a empresa tenha apresentado, no novo certame, proposta global inferior em **R\$ 128.018,00**. Ou seja, ao mesmo tempo em que postula a majoração dos valores do contrato atual por suposta inviabilidade econômica, apresenta no novo pregão proposta significativamente inferior à anterior.

Tal contradição, conduz a uma inevitável declaração de inexecuibilidade da proposta apresentada pela empresa Top Mix, pois, ainda que os valores unitários não estejam disponíveis neste momento, é razoável supor que sejam inferiores aos praticados no contrato atual — justamente aquele objeto de reequilíbrio em andamento. Além disso, a conduta da empresa merece em momento oportuno análise específica.

## **VI – DA CONCLUSÃO**

Ante exposto, concluo que os argumentos aduzidos pela Recorrente não se mostraram suficientes para reformar a decisão anteriormente proferida, devendo o recurso ser integralmente **indeferido**.

## **VII – DECISÃO**

Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **CONHEÇO o RECURSO** apresentado pela empresa **TOP MIX VAREJISTA LTDA**, dando **NEGANDO PROVIMENTO**, e mantendo decisão anteriormente proferida.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha:

Visto:

Diante disso, encaminho o presente recurso a Presidente do Fundo Municipal Assistência Social, a quem cabe decisão final sobre o tema sugerindo:

- Que seja negado o Provimento de recurso;
- Seja apurado possíveis infração administrativa cometida pela empresa ao anexar documento diverso a garantia da proposta;
- Seja apurado possíveis infração administrativa ao oferecer valores inferiores a contrato com pedido de reequilíbrio em andamento.

Aperibé, 02 de maio de 2025

**Marcos Paulo dos Santos Montozo**  
Pregoeiro – Matrícula 3449